

Arruda exige ação rigorosa contra grilagem no Paranoá

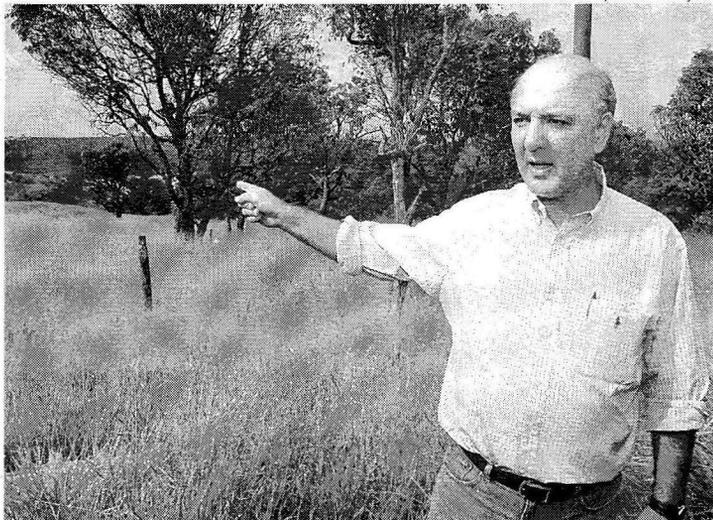
Alessandra Flach

O governador José Roberto determinou ao Siv-Solo investigação e ação imediata para coibir a grilagem de terras no Paranoá. Com base em uma denúncia de cercamento dentro área de proteção ambiental próxima à barragem para a especulação fundiária. De acordo com moradores e funcionários da Administração do Paranoá, o terreno, localizado à margens do Lago, na DF-005, foi cercado no começo de novembro por uma pessoa que apresentou liminar dizendo ser herdeira do terreno. Surpreso com a denúncia, Arruda cobrou a prisão do responsável e a retirada da cerca, mas técnicos do Siv-Solo estiveram no local e disseram depender de uma análise jurídica para tomar qualquer atitude.

—Tem um grileiro cercando uma área, derrube a cerca e prenda o sujeito — exigiu Arruda por telefone ao subsecretário do Siv-Solo, Djalma Lins, assim que recebeu a denúncia.

Para o governador, a grilagem de terras é o problema mais sério do DF e o governo irá combatê-lo com rigidez.

— É preciso evitar o cercamento de áreas públicas. Hoje detectamos que grileiros estão agindo aqui, já mandei a polícia tomar as providências porque esse é o maior proble-



ROBERTO RODRIGUES/DIVULGAÇÃO

Arruda diz que a grilagem é o maior problema da cidade

ma que Brasília tem e é preciso fazer um combate diário à grilagem de terra porque é com ela que a cidade é destruída — criticou o pefelista, que citou a QI 29 no Lago Sul como exemplo a ser evitado.

A cerca, de 2,2 metros lineares, cobre quase 60 hectares de terra considerada nobre. Em um terreno ao lado, identificado como Chácara Boa Esperança, um vigia informava que a terra foi cercada por uma equipe portando um documento que atestava a posse. Antes disso, a área pública fazia parte da chácara, que é o local onde pretendia-se instalar o condomínio Mansões Alvorada. Placa escondida dentro da chácara indica que o terreno está sub judice,

mas na guarita existente no terreno é possível ver o plano urbanístico traçado para o condomínio, que previa a venda de 435 lotes residências, alguns deles em uma marina praticamente dentro do lago.

— Por enquanto, é considerada invasão de terra pública. Estamos fazendo um levantamento para ver se há registros, mas até agora, não existe nenhum documento no Siv-Solo nem na administração da cidade que comprove o contrário — afirmou um dos técnicos do Siv-Solo, que aguardava ordens dos diretores do órgão para decidir sobre a derrubada da cerca e ignorava as invasões de luxo existentes mais ao fundo do terreno, na beira do lago.